



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

Pregão Eletrônico nº 11/2021

FORNECEDOR:	MARZO VITORINO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
CNPJ:	02.745.352/0001-00
CONTATO (telefone e e-mail):	Telefone: (11) 99470-4060 E-mail: eduardo.modesto@marzovitorino.com.br
LOTE:	01

	SIM	NÃO	NÃO
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário			X
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores	X		
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício			X
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;			X
e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.			X
3. Regularidade fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente	X		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NÃO
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente			X
4. Regularidade trabalhista			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
5. Qualificação econômico-financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	X		
a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).			X
6. Qualificação técnica			
a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta licitação, compreendendo o seguinte quantitativo mínimo por lote: LOTE 1: 300 mesas de escritório autoportantes e 300 gaveteiros	X		
b) Os atestados de capacidade técnica devem corresponder a mobiliários certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo INMETRO, quando se tratar da aquisição por este Tribunal de itens para os quais serão exigidos igualmente a certificação	X		
7. Outros			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.	X		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.745.352/0001-00 DUNS®: 905258596
Razão Social: MARZO VITORINO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/10/2021
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/09/2021
FGTS	Validade:	08/08/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/11/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	02/07/2021
Receita Municipal	Validade:	02/07/2021

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.745.352/0001-00 DUNS®: 905258596
Razão Social: MARZO VITORINO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Não cadastrado

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.745.352/0001-00 DUNS®: 905258596
Razão Social: MARZO VITORINO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Data Aplicação: 30/05/2018 Valor da Multa: R\$ 594,44
Número do Processo: 2017/175 Número do Contrato: AF 2017/045
Descrição/Justificativa: Descumprimento do subitem 3.3 Prazo de Entrega.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Data Aplicação: 12/12/2018 Valor da Multa: R\$ 2.062,94
Número do Processo: 2017/184 Número do Contrato: AF 2017/008
Descrição/Justificativa: Descumprimento do item 3 - Condições de Entrega, subitem 3.3 Prazo de Entrega.

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Data Aplicação: 17/07/2018 Valor da Multa: R\$ 263,07
Número do Processo: 2017/212 Número do Contrato: AF 2017/218
Descrição/Justificativa: Descumprimento do Item 3 - Condições de Entrega, subitem 3.4 - Prazo de Entrega.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Outros		
UASG Sancionadora:	80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS		
Data Aplicação:	17/09/2015	Valor da Multa:	R\$ 489,00
Número do Processo:	2949/2014		
Descrição/Justificativa:	Multa por atraso na entrega de materiais		

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS		
Data Aplicação:	30/03/2015	Valor da Multa:	R\$ 315,00
Número do Processo:	2949/2014		
Descrição/Justificativa:	Atraso na entrega do produto.		

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	925921 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS		
Data Aplicação:	22/09/2016	Valor da Multa:	R\$ 3.173,24
Número do Processo:	53120.05731/14-55	Número do Contrato:	CTR-200/2014
Descrição/Justificativa:	Referente ao processo NUP 53120.005731/2014-55, fornecedor penalizado pela ECT/DR/MG, devido ao atraso da entrega dos exemplares nos prazos estipulados nas Condições Específicas da Contratação, ou parte deste, descumprindo cláusulas contratuais, do contrato 200/2014.		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.745.352/0001-00 DUNS®: 905258596
Razão Social: MARZO VITORINO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.745.352/0001-00 DUNS®: 905258596
Razão Social: MARZO VITORINO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.745.352/0001-00 DUNS®: 905258596
Razão Social: MARZO VITORINO - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 04/10/2021

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Inscrição Estadual: 433036285114 Inscrição Municipal: 9885
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 1.100.000,00 Data de Abertura da Empresa: 14/08/1998
CNAE Primário: 3101-2/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA
CNAE Secundário 1: 2732-5/00 - FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA INSTALAÇÕES
CNAE Secundário 2: 3102-1/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE
CNAE Secundário 3: 3103-9/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE OUTROS MATERIAIS, EXCETO
CNAE Secundário 4: 3329-5/01 - SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER
CNAE Secundário 5: 4649-4/04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE
CNAE Secundário 6: 4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
CNAE Secundário 7: 4743-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS
CNAE Secundário 8: 4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
CNAE Secundário 9: 4744-0/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS
CNAE Secundário 10: 4754-7/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
CNAE Secundário 11: 4759-8/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO
CNAE Secundário 12: 9529-1/05 - REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO

Dados para Contato

CEP: 07.661-625
Endereço: RUA DOS TRABALHADORES, 95 - TERRA PRETA (TERRA PRETA)
Município / UF: Mairiporã / São Paulo
Telefone: (11) 44868846
E-mail: FINANCEIRO@MARZOVITORINO.COM.BR

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 272.560.888-09

Nome: RICARDO DI MARZO VITORINO

Carteira de Identidade: 28876253-8

Órgão Expedidor: SSP/SP

Data de Expedição: 09/10/2006

Data de Nascimento: 08/11/1977

E-mail: erika@marzovitorino.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 272.560.888-09 Participação Societária: 25,00%
Nome: RICARDO DI MARZO VITORINO
Carteira de Identidade: 288762538 Órgão Expedidor: SSP/SP
Data de Expedição: 09/10/2006 Data de Nascimento: 08/11/1977
Filiação Materna: LUZIA DI MARZO VITORINO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 302.810.718-02
Nome: ERIKA JANAINA MARCOLINO DE SOUZA
Carteira de Identidade: 34839178x Órgão Expedidor: ssp
Data de Expedição: 09/10/2006

CEP: 07.661-750
Endereço: RUA DOS IPES, 10 - TERRA PRETA
Município / UF: Mairiporã / São Paulo
Telefone: (00) 00000000
E-mail: erika@marzovitorino.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 216.969.288-69 Participação Societária: 25,00%
Nome: ROBERTO DI MARZO VITORINO
Carteira de Identidade: 299936235 Órgão Expedidor: SSPSP
Data de Expedição: 05/06/1998 Data de Nascimento: 15/05/1980
Filiação Materna: LUIZA DI MARZO VITORINO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 304.604.948-05
Nome: MARIA NEUSA DE OLIVEIRA VITORINO
Carteira de Identidade: 496634082 Órgão Expedidor: ssp/sp
Data de Expedição: 22/03/2010

CEP: 07.661-750
Endereço: RUA DOS IPES, 10 - TERRA PRETA
Município / UF: Mairiporã / São Paulo
Telefone: (11) 34891908
E-mail: erika@marzovitorino.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 320.344.838-63 Participação Societária: 25,00%
Nome: RENATO DI MARZO VITORINO
Carteira de Identidade: 29993624-7 Órgão Expedidor: ssp-sp
Data de Expedição: 12/05/1993 Data de Nascimento: 07/04/1982
Filiação Materna: LUZIA DI MARZO VITORINO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 305.373.548-24
Nome: OSMANDA DOS SANTOS VITORINO
Carteira de Identidade: 400445438 Órgão Expedidor: ssp/sp
Data de Expedição: 21/10/2016

CEP: 07.661-595
Endereço: RUA FUSSAKO SASAKI, 202 - TERRA PRETA
Município / UF: Mairiporã / São Paulo
Telefone: (11) 44861908
E-mail: erika@marzovitorino.com.br

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 681.831.358-20 Participação Societária: 25,00%
Nome: JOSE CICERO VITORINO
Carteira de Identidade: 9078688-9 Órgão Expedidor: ssp-sp
Data de Expedição: 08/06/1993 Data de Nascimento: 15/05/1954
Filiação Materna: APARECIDA MUNHOZ VITORINO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 272.524.118-93
Nome: LUZIA DI MARZO VITORINO
Carteira de Identidade: 223352299 Órgão Expedidor: ssp/sp
Data de Expedição: 20/07/2017

CEP: 07.661-750
Endereço: RUA DOS IPES, 10 - JARDIM JACARANDA - TERRA PRETA
Município / UF: Mairiporã / São Paulo
Telefone: (00) 00000000
E-mail: erika@marzovitorino.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 272.560.888-09
Nome: RICARDO DI MARZO VITORINO
Carteira de Identidade: 288762538 Órgão Expedidor: SSP/SP
Data de Expedição: 09/10/2006 Data de Nascimento: 08/11/1977
Filiação Materna: LUZIA DI MARZO VITORINO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 302.810.718-02
Nome: ERIKA JANAINA MARCOLINO DE SOUZA
Carteira de Identidade: 34839178x Órgão Expedidor: ssp
Data de Expedição: 09/10/2006

CEP: 07.661-750
Endereço: RUA DOS IPES, 10 - TERRA PRETA
Município / UF: Mairiporã / São Paulo
Telefone: (00) 00000000
E-mail: erika@marzovitorino.com.br

Linhas Fornecimento

Serviços

13013 - Instalação e Montagem de Mobiliário Hospitalar

13200 - Confeção de Móvel de Madeira com / sem Revestimento de Fór-Mica

21806 - Instalação / Montagem - Estante



03/05/2021

0007970719

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8642128**FOLHA: 1/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 03/05/2021, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: ***

MARZO VITORINO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ: 02.745.352/0001-00, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

As seguintes distribuições:*****

ATIBAIA

» Foro de Atibaia - 4ª Vara Cível. Processo: 1002264-28.2020.8.26.0048. Ação: Usucapião. Assunto: Usucapião Extraordinária. Data: 30/03/2020. Repte: José Roberto Barbosa.*****

CAIEIRAS

» Foro de Caieiras - Juizado Especial Cível. Processo: 1000315-52.2021.8.26.0106. Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível. Assunto: Defeito, nulidade ou anulação. Data: 06/02/2021. Repte: Leila Moreira Dutra.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

PEDIDO Nº:**0007970719**



03/05/2021

0007970719

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8642128

FOLHA: 2/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 4 de maio de 2021.



PEDIDO Nº:

0007970719





03/05/2021

0007970719

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8642128**FOLHA: 1/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 03/05/2021, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: ***

MARZO VITORINO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ: 02.745.352/0001-00, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

As seguintes distribuições:*****

ATIBAIA

» Foro de Atibaia - 4ª Vara Cível. Processo: 1002264-28.2020.8.26.0048. Ação: Usucapião. Assunto: Usucapião Extraordinária. Data: 30/03/2020. Repte: José Roberto Barbosa.*****

CAIEIRAS

» Foro de Caieiras - Juizado Especial Cível. Processo: 1000315-52.2021.8.26.0106. Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível. Assunto: Defeito, nulidade ou anulação. Data: 06/02/2021. Repte: Leila Moreira Dutra.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

PEDIDO Nº:**0007970719**



03/05/2021

0007970719

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8642128

FOLHA: 2/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 4 de maio de 2021.



PEDIDO Nº:

0007970719





À

MARZO VITORINO INDUSRTIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
Rua dos Trabalhadores, 95 – Terra Preta
07.600-000 – Mairiporã - SP

Belo Horizonte, 12 de julho de 2016.

Assunto: ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prezados Senhores,

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS., CNPJ: 05.452.786/0001-00, vem por meio desta manifestar formalmente que é consumidora do produto listado abaixo, comercializado pela empresa Marzo Vitorino Indústria e Comércio de Móveis Ltda., estabelecida na Rua dos Trabalhadores, 95, Terra Preta, em Mairiporã – SP, inscrita no CNPJ: 02.745352/0001-00.

Atestamos que os produtos abaixo relacionados, adquiridos o ano de 2014, por esta Seccional, estão dentro dos padrões de qualidade exigidos e atendendo satisfatoriamente os prazos de entrega estipulados.

Produtos:

- **750 Estações de Trabalho com superfície em forma de "L"**
- **890 Gaveteiro volante com quatro gavetas**
- **140 Mesa de trabalho retangular.**
- **44 Mesa com tampo redondo.**
- **10 Mesa de reunião ovalada.**

Atenciosamente,

Renato Melo Manus

Renato Melo Manus
Técnico Judiciário - 120003

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS
RENATO MELO MANUSR – TÉCNICO JUDICIÁRIO
AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1805 – SANTO AGOSTINHO
BELO HORIZONTE MG – (31) 3501-1469

Zimbra

004479830515@tre-ba.jus.br

Justiça Federal de Primeira Grau em Minas Gerais

De : Eduardo Barros Modesto
<eduardo.modesto@marzovitorino.com.br>

Ter, 08 de jun de 2021 18:44

 2 anexos

Assunto : Justiça Federal de Primeira Grau em Minas Gerais

Para : arrocha@tre-ba.jus.br

Olá Sr. Pregoeiro Arthur Ribeiro Rocha

Conforme contato por telefone, estamos enviando em anexo o Pregão Eletrônico 66-2013 que originou os empenhos relacionados ao atestado de capacidade técnica postado no Comprasnet da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais.

Por este anexo, é possível visualizar que os produtos entregues foram de acordo com as normas.

Reiteramos que os produtos que constam em nossa proposta possuem todas as certificações.

Caso precise de mais atestados de capacidade técnica emitidos por outras pessoas jurídicas (privado e público) estamos a disposição.

Atenciosamente,

Eduardo B. Modesto

Vendas

eduardo.modesto@marzovitorino.com.br

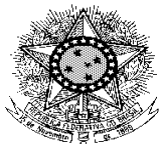
Tel. 11 4486 8846 ramal 245

Cel. 11 99470 4060



JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA PE Nº 66-2013.PDF

121 KB



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS

CNPJ 05.452.786/0001-00 – e-mail/ licitacao@trf1.jus.br

Av. Álvares Cabral 1805, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-001

Seção de Compras e Licitações, 6º andar – tel. (31) 3501-1366/1396/1445-fax 3501-1367

Processo 6112/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 66/2013

Sistema de Registro de Preços

EDITAL

A Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais, por intermédio da pregoeira Cristiane de Figueiredo Gomes, indicada pela Portaria 10/101-DIREF de 24/06/2013, realizará o pregão em epígrafe, regido pelas leis 10.520/02, 123/06, 8.666/93, e decretos 3.555/00, 5.450/05, 6.204/07 e 7.892/13, pelo Sistema de Registro de Preços, em sessão pública na internet, na página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br).

Integram este edital:

- Anexo I – Objeto
- Anexo II - Modelo de declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo IV – Relação de locais de entrega.

Recebimento das propostas até:	08/01/2014, às 13 h.
Abertura das propostas:	08/01/2014, às 13 h.
Início da Disputa de Preços:	08/01/2014, às 14 h.
Horário de Brasília/DF.	

Adjudicação por lote.

1) OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de móveis para esta Seccional, a serem entregues na Capital e no interior, conforme Anexos I (Objeto) e III (Minuta da Ata Registro de Preços).

O mobiliário deverá ter garantia integral, sem ônus para a contratante, pelo prazo mínimo de cinco anos a partir de seu recebimento definitivo.

Lote 1:

Item 1: Estação de trabalho, medindo 1600x1600x600x600x730 mm.

Quantidade: 140

Item 2: Estação de trabalho, medindo 1400x1400x600x600x730 mm.

Quantidade: 610

Item 3: Gaveteiro volante, com quatro gavetas, medindo 420x500x650 mm.

Quantidade: 890

Item 4: Mesa de trabalho, retangular, medindo 1200x600x730 mm. Quantidade: 140

Item 5: Mesa reta, medindo 800x600x730 mm. Quantidade: 275

Item 6: Mesa com tampo redondo, pé metálico em cruz, medindo 1200x730 mm. Quantidade: 44

Item 7: Mesa para reunião, ovalada, medindo 2400x1200x730 mm. Quantidade: 10

Lote 2:

Item 1: Armário baixo, com duas prateleiras, medindo 900x500x730 mm.

Quantidade: 135

Item 2: Armário alto, com quatro prateleiras, medindo 900x500x1600 mm.

Quantidade: 160

1.2. Não poderá ser cotada quantidade inferior à estimativa informada.

1.3. Será admitida adesão à ata, limitada a quantidade total ao quádruplo dos quantitativos registrados, e a cem por cento a cada órgão não participante.

1.4. Será facultado ao licitante realizar vistoria para conhecer o mobiliário existente nas instalações da Justiça Federal, devendo ser previamente agendada

na Seção de Administração de Patrimônio, pelos telefones (31) 3501-1460 ou 3501-1469.

1.5. A Justiça Federal reserva-se o direito de solicitar protótipo à arrematante ou adjudicatária, que deverá entregá-lo, a suas expensas, no prazo máximo de dez dias úteis a partir da solicitação, na Seção de Administração de Patrimônio, em Belo Horizonte.

2) PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados até três dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, para o e-mail licitacao@trf1.jus.br.

2.2. As consultas serão respondidas no site www.licitacoes-e.com.br, no link “mensagens” correspondente ao pregão.

3) IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1. Até dois dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital.

3.2. A impugnação será decidida no prazo de vinte e quatro horas.

3.3. Se for acolhida a impugnação, será publicada nova data para a realização do certame.

4) PARTICIPAÇÃO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

4.2. Os dados para acesso deverão ser inseridos na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso identificado”.

4.3. A proposta será encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.3.1. O sistema exibe campo próprio para que o licitante, ao encaminhar a proposta, manifeste o cumprimento dos requisitos de habilitação e o conhecimento das exigências do edital.

4.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5) MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Para assegurar a preferência de contratação, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ao enviar sua proposta eletrônica, deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o atendimento aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

5.2. Ocorrerá empate legal quando a proposta eletrônica apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte for igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada, que não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2.1. Após o encerramento dos lances, as microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate legal serão convocadas, na ordem classificatória, a apresentar nova proposta de valor inferior ao da primeira colocada, no prazo máximo de cinco minutos.

5.2.2. Quando o empate ocorrer após o encerramento da disputa, a proposta será apresentada por meio do botão “enviar mensagem”, e o prazo contado da convocação no mesmo local.

5.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos neste edital, inclusive os referentes à comprovação de regularidade fiscal, ainda que contenham restrições.

5.3.1. Será assegurado o prazo de dois dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Justiça Federal, para a regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de certidões negativas ou

positivas com efeito de negativas, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, após a fase de habilitação.

5.3.1.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Justiça Federal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6) PROPOSTA

6.1. Deverá constar na proposta eletrônica o preço total do lote, considerando incluídos todos os tributos, despesas ou custos diretos ou indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.2. O arrematante deverá enviar, na data da convocação, prioritariamente por meio do botão “documentos”, nova proposta ajustada ao valor do menor lance, com valores unitários e totais, acompanhada dos Certificados de Marca de Conformidade emitidos pela ABNT para os itens 1, 2 e 4 a 7 do Lote 1 e itens 1 e 2 do Lote 2.

6.2.1. Será aceito o envio por *e-mail*, *fax*, ou originais, observado o item 8.3 do edital.

6.3. Os preços unitários máximos que a Administração se dispõe a pagar são:

Item	Lote 1	Preço Unitário Máximo
1	Estação de trabalho, medindo 1600x1600x600x600x730 mm	R\$ 1.203,92
2	Estação de trabalho, medindo 1400x1400x600x600x730 mm	R\$1.119,82
3	Gaveteiro volante, com quatro gavetas, medindo 420x500x650 mm	R\$ 685,97
4	Mesa de trabalho, retangular, medindo 1200x600x730 mm	R\$ 732,29
5	Mesa reta, medindo 800x600x730 mm	R\$ 779,49
6	Mesa com tampo redondo, pé metálico em cruz, medindo 1200x730 mm	R\$ 706,52
7	Mesa para reunião, ovalada, medindo 2400x1200x730 mm	R\$ 1.353,52

Item	Lote 2	Preço Unitário Máximo
1	Armário baixo, com duas prateleiras, medindo 900x500x730 mm	R\$800,07
2	Armário alto, com quatro prateleiras, medindo 900x500x1600 mm	R\$1.286,67

7) ETAPA COMPETITIVA

7.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

7.2. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor.

7.3. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.4. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5. O sistema eletrônico emitirá aviso de encerramento iminente da fase inicial de lances, determinando período aleatório de até trinta minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.6. No caso de desconexão no decorrer da etapa competitiva do certame, por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

7.7. Após o encerramento da etapa competitiva, por meio do botão “incluir mensagem”, o licitante poderá reduzir seu preço ao valor da proposta mais bem classificada, para ser incluído na ata de registro de preços, na sequência da classificação.

7.8. A apresentação de novas propostas na forma do item anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7.9. A situação do arrematante no SICAF será verificada em consulta *on line*.

8) HABILITAÇÃO

8.1. O arrematante cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) deverá enviar os documentos indicados no Grupo 1 e, se for o caso, os documentos de regularidade fiscal federal, regularidade fiscal estadual/municipal e qualificação econômico-financeira que regularizem sua situação no SICAF.

8.2. O arrematante não cadastrado no SICAF deverá enviar os documentos indicados nos grupos 1 e 2.

8.3. Os documentos deverão ser enviados na data da convocação, prioritariamente por meio do botão “documentos”.

8.3.1. Quando houver impossibilidade de inserção dos arquivos na página da licitação, poderão ser remetidos para o e-mail licitacao@trf1.jus.br, observando-se o limite máximo de 10 Mb, a partir do qual será necessário o desmembramento dos arquivos.

8.3.2. Alternativamente, a documentação poderá ser remetida para o fax 31 3501-1367.

8.3.2.1. Os documentos remetidos via fax deverão ser apresentados na Seção de Compras e Licitações, em original ou por cópia autenticada, no prazo máximo de três dias úteis, a contar da data da convocação.

8.3.3. É permitida, ainda, a entrega de documentos originais na data da convocação.

8.4. Relação de documentos:

Grupo 1:

1. declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho.

Grupo 2:

1. registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
2. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
3. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto deste pregão;
4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
5. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
6. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros (CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou pela Receita Federal do Brasil;
7. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

9) JULGAMENTO

9.1. As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Justiça Federal, a finalidade e a segurança da contratação.

9.2. No julgamento da habilitação e das propostas, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância e validade jurídica dos documentos, com registro em ata.

9.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

9.4. Será desclassificada a proposta que contrariar o edital ou com omissão, irregularidade ou defeito que inviabilize o julgamento.

10) RECURSOS

10.1. O licitante que tiver intenção de interpor recurso deverá consultar regularmente o sistema para verificar se houve a declaração do vencedor, quando ficará liberado campo próprio para a manifestação imediate e motivada da intenção de recorrer.

Terá então o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.2. Os recursos não terão efeito suspensivo, e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11) ASSINATURA DA ATA

11.1. Homologado o resultado da licitação, a contratante convocará os fornecedores classificados para, no prazo de dois dias úteis, assinar a ata de registro de preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

11.1.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

11.2. Se o convocado não assinar a ata no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12) SANÇÕES

12.1. O licitante que não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das penalidades previstas na ata de registro de preços.

12.2. Além da sanção prevista no item anterior, o licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeito a:

12.2.1. multa de 2% sobre o valor da contratação, quando não regularizada a documentação no prazo estabelecido no item 5.3.1;

12.2.2. multa de 2% sobre o valor da contratação e reclusão de um a cinco anos, nos termos do artigo 299 do Código Penal, quando prestar declaração falsa objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/06.

12.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos por GRU (Guia de Recolhimento da

União) no prazo de cinco dias úteis após a notificação, ou, ainda, cobrados judicialmente.

12.4. Aquele que incorra em crime previsto na Seção III do Capítulo IV da Lei 8.666/93 sujeita-se à aplicação das penas de detenção e multa.

12.5. A aplicação das sanções relacionadas neste item será precedida de processo administrativo mediante o qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2013.

MARIA LUCIANA XAVIER COSTA
Supervisora da Seção de Compras e Licitações

ANEXO I – OBJETO

LOTE I

ITEM 1 - ESTAÇÃO DE TRABALHO – 1600 X 1600 X 600 X 600mm

Superfície de trabalho em forma de “L”, com chanfro arredondado ou em ângulo, produzida com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13967/09 da ABNT, devidamente comprovada por meio de Certificado de Marca de Conformidade emitido pela ABNT.

Tampo superior confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor ovo. Encabeçamento nos topos com fita borda PVC de 2,5mm de espessura de um lado, e demais bordas em PVC maciço de 180°. Dotado de passa cabos em polipropileno injetado c/diâmetro central de Ø70mm, composto p/tampa externa superior em formato oblongo com 04 saídas independentes p/o cabeamento, guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores p/a acomodação do cabeamento. Sistema de fixação aos pés é feita por meio de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. As mesas possuirão painéis frontais confeccionados em fibra de madeira aglomerada de baixa densidade (MDP) ou MDF, com 18 mm de espessura e acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor ovo, encabeçados nos topos com fita borda de PVC 0,45mm de espessura. Intertravados com o pé-de-canto e o pé central. Entre esses painéis e o tampo superior deverá haver abertura para fixação de painéis divisórios. Deverá haver peça de reforço entre o tampo e o painel frontal para evitar a deformação do tampo.

Pé Metálico em “I”: Composto por base em chapa de aço estampada ou alumínio extrudado de no mínimo 2,0 mm de espessura, ambos padrão ABNT, coluna frisada em chapa de aço fina frio de no mínimo 1.06 mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de aço ¼” de espessura. Com furo e tampa para passagem de fiação. Pintura eletrostática na cor epóxi preto fosco, espessura mínima de 40 microns. Pé central ou coluna central com subida de fiação, em chapa de seção quadrada ou sextavada, em aço ou alumínio extrudado padrão ABNT, com no mínimo 2 mm de espessura, com aberturas laterais (na parte superior e inferior) em todas as faces, e com tampas removíveis, permitindo a passagem de fiação entre as estações, e o pé nivelador de piso; Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica, eixo central com parafuso zincado e proteção emborrachada ou material similar que evite riscar o piso. A fixação ao tampo deverá ser feita por meio de parafuso e bucha metálica c/rosca milimétrica.

Calha: Confeccionada em chapa de aço fina a frio com 1,2 mm de espessura, pintura eletrostática em epóxi mínima de 40 microns. Dotada de pontos para conectar tomadas elétricas, lógicas e de dados, com divisão interna (elétrica e dados/telefone), posicionada de forma a garantir maior segurança ao usuário e conexão com os furos do tampo da mesa.

Todas as partes metálicas terão acabamento em pintura epóxi preto fosco.

Dimensões: 1600/1600 de comprimento x 600/600 de largura x 730 mm de altura.

Quantidade: 140 (cento e quarenta) unidades

ITEM 2 - ESTAÇÃO DE TRABALHO – 1400 X 1400 X 600 X 600mm

Superfície de trabalho em forma de “L”, com chanfro arredondado ou em ângulo, produzida com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13967/09 da ABNT, devidamente comprovada por meio de Certificado de Marca de Conformidade emitido pela ABNT.

Tampo superior confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura. Acabamento, em ambas as

faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor ovo. Encabeçamento nos topos com fita borda PVC de 2,5mm de espessura de um lado, e demais bordas em PVC maciço de 180°. Dotado de passa cabos em polipropileno injetado c/diâmetro central de Ø70mm, composto p/tampa externa superior em formato oblongo com 04 saídas independentes p/o cabeamento, guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores p/a acomodação do cabeamento. Sistema de fixação aos pés é feita por meio de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. As mesas possuirão painéis frontais confeccionados em fibra de madeira aglomerada de baixa densidade (MDP) ou MDF, com 18 mm de espessura e acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor ovo, encabeçados nos topos com fita borda de PVC 0,45mm de espessura. Intertravados com o pé-de-canto e o pé central. Entre esses painéis e o tampo superior deverá haver abertura para fixação de painéis divisórios. Deverá haver peça de reforço entre o tampo e o painel frontal para evitar a deformação do tampo.

Pé Metálico em "I": Composto por base em chapa de aço estampada ou alumínio extrudado de no mínimo 2,0 mm de espessura, ambos padrão ABNT, coluna frisada em chapa de aço fina frio de no mínimo 1.06 mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de aço ¼' de espessura. Com furo e tampa para passagem de fiação. Pintura eletrostática na cor epóxi preto fosco, espessura mínima de 40 microns. Pé central ou coluna central com subida de fiação, em chapa de seção quadrada ou sextavada, em aço ou alumínio extrudado padrão ABNT, com no mínimo 2 mm de espessura, com aberturas laterais (na parte superior e inferior) em todas as faces, e com tampas removíveis, permitindo a passagem de fiação entre as estações, e o pé nivelador de piso; Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica, eixo central com parafuso zincado e proteção emborrachada ou material similar que evite riscar o piso. A fixação ao tampo deverá ser feita por meio de parafuso e bucha metálica c/rosca milimétrica.

Calha: Confeccionada em chapa de aço fina a frio com 1,2 mm de espessura, pintura eletrostática em epóxi mínima de 40 microns. Dotada de pontos para conectar tomadas elétricas, lógicas e de dados, com divisão interna (elétrica e dados/telefone), posicionada de forma a garantir maior segurança ao usuário e conexão com os furos do tampo da mesa.

Todas as partes metálicas terão acabamento em pintura epóxi preto fosco.

Dimensões: 1400/1400 de comprimento x 600/600 de largura x 730 mm de altura.

Quantidade: 610 (seiscentos e dez) unidades

ITEM 3- GAVETEIRO VOLANTE COM QUATRO GAVETAS

Gaveteiro volante com **tampo** confeccionado em fibra de madeira aglomerada (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura, corpo, frentes e gavetas internas com 18 mm de espessura, revestido em laminado melamínico na cor ovo, por processo de baixa pressão, encabeçamento nos topos com fita borda de (PVC) 2,0mm de espessura, corpo e gavetas com fita-borda de (PVC) 0,45mm de espessura, frentes com fita-borda de (PVC) 2,0mm de espessura e tampo com acabamento em PVC maciço 180° na borda frontal, com quatro gavetas, sendo uma gaveta porta objeto em Vacuum Forming c/divisores para colocação de objetos, e três gavetas com a parte interna constituída em chapa de aço, dotadas de corrediças em aço estampado com roletes de náilon. Sistema de freio que delimita a abertura da gaveta, com capacidade de carga de até 20Kg, em cada gaveta. Fechadura cilíndrica, quatro pinos, com fechamento simultâneo de todas as gavetas com duas chaves, puxador alça tipo Zamak em alumínio maciço ou aço tubular, com 12 mm de diâmetro e 160 mm de comprimento; rodízios: corpo em náilon natural injetado, na cor preta, roldanas duplas em náilon injetados, com movimentos independentes e fixados em eixo horizontal disposto no corpo do rodízio, produzido em aço ABNT com diâmetro de 8 mm, travado por

meio de anel de pressão em aço, com travamento nos rodízios frontais para evitar o deslizamento do gaveteiro.

Dimensões: 420 de comprimento x 500 de profundidade x 650 mm de altura.

Quantidade: 890 (oitocentos e noventa) unidades

ITEM 4 - MESA DE TRABALHO RETANGULAR – 1200 X 600 X 730mm

Mesa produzida com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13966/08 da ABNT, devidamente comprovada por meio de Certificado de Marca de Conformidade emitido pela ABNT.

Tampo: Confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor ovo. Encabeçado nos topos com fita borda PVC de 2,5 mm de espessura, acabamento na borda frontal em PVC maciço de 180° na cor do laminado, dotado de passa cabos em polipropileno injetado c/diâmetro central de Ø70mm, composto p/tampa externa superior em formato oblongo com 04 saídas independentes p/o cabeamento, guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores p/a acomodação do cabeamento. Sistema de fixação aos pés é feita por meio de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. As mesas possuirão painel frontal Confeccionado em fibra de madeira aglomerada de baixa densidade (MDP) ou MDF com 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor da mesa. Encabeçamento nos topos com fita borda de PVC 0,45mm de espessura. **Pé Metálico em “I”:** Composto por base em chapa de aço estampada ou alumínio extrudado com 2,0 mm de espessura, no mínimo, ambos padrão ABNT, coluna frisada em chapa de aço fina frio de no mínimo 1.06 mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de aço ¼’ de espessura. Com furo e tampa para passagem de fiação, Pintura eletrostática na cor epóxi preto fosco, espessura mínima de 40 microns. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica, eixo central com parafuso zincado e proteção emborrachada ou material similar que evite riscar o piso. A fixação ao tampo deverá ser feita por meio de parafuso e bucha metálica c/rosca milimétrica.

Dimensões: 1200 de comprimento x 600 de largura x 730 mm de altura.

Quantidade: 140 (cento e quarenta) unidades

ITEM 5 - MESA RETA – 800 X 600 X 730mm

Mesa produzida com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13966/08 da ABNT, devidamente comprovada por meio de Certificado de Marca de Conformidade emitido pela ABNT.

Tampo: Confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor ovo. Encabeçado nos topos com fita borda PVC de 2,5mm de espessura, acabamento na borda frontal em PVC maciço de 180° na cor do laminado, dotado de passa cabos em polipropileno injetado c/diâmetro central de Ø70 mm, composto p/tampa externa superior em formato oblongo com 04 saídas independentes p/o cabeamento, guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores p/a acomodação do cabeamento. Sistema de fixação aos pés é feita por meio de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. As mesas possuirão painel frontal Confeccionado em fibra de madeira aglomerada de baixa densidade (MDP) ou MDF com 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor da mesa. Encabeçamento nos topos com fita borda de PVC 0,45 mm de espessura. **Pé Metálico em “I”:** Composto por base em chapa de aço estampada ou alumínio extrudado com 2,0 mm de espessura, no mínimo, ambos padrão ABNT, coluna frisada em chapa de aço fina frio de no mínimo 1.06 mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de

aço ¼' de espessura. Com furo e tampa para passagem de fiação, Pintura eletrostática na cor epóxi preto fosco, espessura mínima de 40 microns. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica, eixo central com parafuso zincado e proteção emborrachada ou material similar que evite riscar o piso. A fixação ao tampo deverá ser feita por meio de parafuso e bucha metálica c/roscas milimétrica.

Dimensões: 800 de comprimento x 600 de largura x 730 mm de altura.

Quantidade: 275 (duzentos e setenta e cinco) unidades

ITEM 6 – MESA COM TAMPO REDONDO – 1200 X 730mm

Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor ovo. Acabamento em PVC maciço de 180° na cor do revestimento. Sistema de fixação aos pés é feita por meio de bucha e parafuso metálicos com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. **Pé metálico em cruz** composto por quatro bases em chapa de aço estampada ou alumínio extrudado com 2,0mm de espessura, interligadas por meio de solda MIG formando uma base única em formato de cruz, coluna cilíndrica em chapa de aço fino frio 1,06mm de espessura mínima, suporte para fixar tampo em chapa de aço ¼' de espessura. Pintura eletrostática em epóxi preto fosco, com espessura mínima de 40 microns. Nivelador de piso antiderrapante em náilon, reforçado com fibra de vidro, e eixo central com parafuso zincado com proteção emborrachada ou material similar que evite riscar o piso.

Dimensões: 1200 de diâmetro x 730 mm de altura

Quantidade: 44 (quarenta e quatro) unidades

ITEM 7 – MESA PARA REUNIÃO – 2400x1200x730mm

Mesa produzida com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13966/08 da ABNT, devidamente comprovada por meio de laudo de conformidade emitido por laboratório de ensaio acreditado pela CGCRE/INMETRO.

Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor ovo. Acabamento em PVC maciço de 180° na cor do revestimento. Sistema de fixação dos pés, feito por meio de bucha e parafuso metálicos com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. **Painel central;** confeccionado em fibra de madeira aglomerada de baixa densidade (MDP) ou MDF com 18 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Encabeçamento nos topos com fita borda de PVC 0,45mm de espessura. Pés metálicos em "I"; composto por base em chapa de aço estampada ou alumínio extrudado, com 2,0mm de espessura, coluna frisada em chapa de aço de no mínimo 2,0mm de espessura, com perfil interno em polipropileno e travessa superior em chapa de aço ¼' de espessura. Pintura eletrostática em epóxi preto fosco, com espessura mínima de 40 microns. Nivelador de piso antiderrapante em náilon, reforçado com fibra de vidro, e eixo central com parafuso zincado com proteção emborrachada ou material similar que evite riscar o piso.

Dimensões: 2400 de comprimento x 1200 de largura x 730mm de altura

Quantidade: 10 (dez) unidades

LOTE II

ITEM 1 - ARMÁRIO BAIXO COM DUAS PRATELEIRAS – 900 X 500 X 730mm

Os Armários devem ser produzidos com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13961/03 da ABNT, devidamente

comprovada por meio de Certificado de Marca de Conformidade emitido pela ABNT.

Tampo: confeccionado em fibra de madeira aglomerada (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura, corpos, portas e prateleiras com 18 mm de espessura, na cor ovo. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Encabeçamento nos topos dos corpos e prateleiras, com fita borda de (PVC) de 0,45mm de espessura, tampo com encabeçamento em PVC maciço 180º na borda frontal, PVC reto 1 mm nos topos laterais e portas com fita borda de (PVC) 2,0 de espessura. A parte traseira deverá ser composta de uma peça inteira. Portas dotadas de dobradiças caneco em aço estampado com abertura de 110º, puxador tipo Zamak em alumínio maciço ou aço tubular, com 12 mm de diâmetro e 160 mm de comprimento, fechadura Soprano ref. 861 CR, e fecho click 75 mm Elpa ou semelhante.

Base metálica confeccionada em chapa de aço # 16, com acabamento em pintura eletrostática em epóxi preto fosco, tratamento antiferruginoso pelo processo de fosfatização e secagem em estufa de alta temperatura, niveladoras de piso em polipropileno injetado que permitam o ajuste sem levantar o armário. Faces internas laterais com cremalheiras de aço pintadas na mesma cor do revestimento do armário e rasgos a cada 5 cm para fixação de mãos francesas de aço, puxadas por sistema de encaixe, que sustentam duas (02) prateleiras de MDP ou MDF de 25 mm de espessura.

Dimensões: 900 mm de comprimento x 500 mm de profundidade x 730 mm de altura.

Quantidade: 135 (cento e trinta e cinco) unidades

ITEM 2 - ARMÁRIO ALTO COM QUATRO PRATELEIRAS – 900 X 500 X 1600mm

Os armários devem ser produzidos com matérias primas de alta qualidade estando em conformidade com as normas NBR 13961/03 da ABNT, devidamente comprovada por meio de Certificado de Marca de Conformidade emitido pela ABNT.

Tampo: confeccionado em fibra de madeira aglomerada (MDP) ou MDF com 25 mm de espessura, corpos, portas e prateleiras com 18 mm de espessura, na cor ovo. Acabamento, em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Encabeçamento nos topos dos corpos e prateleiras, com fita borda de (PVC) de 0,45mm de espessura, tampo com encabeçamento em PVC maciço 180º na borda frontal, PVC reto 1 mm nos topos laterais e portas com fita borda de (PVC) 2,0mm de espessura. A parte traseira deverá ser composta de uma peça inteira. Portas dotadas de dobradiças caneco em aço estampado com abertura de 110º, puxador tipo Zamak em alumínio maciço ou aço tubular, com 12 mm de diâmetro e 160 mm de comprimento, fechadura Soprano ref. 861 CR, e fecho click 75 mm Elpa ou semelhante.

Base metálica confeccionada em chapa de aço # 16, com acabamento em pintura eletrostática em epóxi preto fosco, tratamento antiferruginoso pelo processo de fosfatização e secagem em estufa de alta temperatura, niveladoras de piso em polipropileno injetado que permitam o ajuste sem levantar o armário. Faces internas laterais com cremalheiras de aço pintadas na mesma cor do revestimento do armário e rasgos a cada 5 cm para fixação de mãos francesas de aço, puxadas por sistema de encaixe, que sustentam três (03) prateleiras de MDP ou MDF de 25 mm de espessura.

Dimensões: 900 mm de comprimento x 500 mm de profundidade x 1600 mm de altura.

Quantidade: 160 (cento e sessenta) unidades

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ _____, sediada _____(endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Local e data

Assinatura

Nome do representante legal da empresa

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2013 (Minuta)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2013

A União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais, CNPJ 05.452.786/0001-00, com sede na Av. Álvares Cabral, 1805, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Geraldo Caixeta de Oliveira, por delegação da Portaria nº 10-74-DIREF de 01/06/12, do MM. Juiz Federal Diretor do Foro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 79 de 19/11/2009, do Conselho da Justiça Federal, juntamente com o representante da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), firmam a presente ata, documento vinculativo e obrigacional às partes, cujo objeto é o fornecimento de mobiliário, observado o disposto nos autos do Processo Administrativo nº 6112/2013-JFMG, Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2013, leis 8.666/93, 10.520/02 e 123/06, decretos 3.555/00, 5.540/05, 6.204/07 e 7.892/13.

Beneficiária:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	Fax:
Representante:	
Endereço eletrônico:	

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de móveis para esta Seccional, a serem entregues na Capital e no interior, conforme Anexos I (Objeto) e III (Minuta da Ata Registro de Preços).

O mobiliário deverá ter garantia integral, sem ônus para a contratante, pelo prazo mínimo de cinco anos a partir de seu recebimento definitivo.

Será admitida adesão à ata, limitada a quantidade total ao quádruplo dos quantitativos registrados, e a cem por cento a cada órgão não participante.

Lote 1

Item	Especificação	Quantidade	Preço Unitário Registrado
1	Estação de trabalho, medindo 1600x1600x600x600x730 mm	140	
2	Estação de trabalho, medindo 1400x1400x600x600x730 mm	610	
3	Gaveteiro volante, com quatro gavetas, medindo 420x500x650 mm	890	
4	Mesa de trabalho, retangular, medindo 1200x600x730 mm	140	
5	Mesa reta, medindo 800x600x730 mm	275	
6	Mesa com tampo redondo, pé metálico em cruz, medindo 1200x730 mm	44	
7	Mesa para reunião, ovalada, medindo 2400x1200x730 mm	10	

Lote 2

Item	Especificação	Quantidade	Preço Unitário Registrado
1	Armário baixo, com duas prateleiras, medindo 900x500x730 mm	135	
2	Armário alto, com quatro prateleiras, medindo 900x500x1600 mm	160	

1) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

1.1. Após comunicação de emissão da nota de empenho, a beneficiária tem o prazo de dois dias úteis para seu aceite.

1.2. A quantidade mínima por lote a ser solicitada a cada pedido será de 10 unidades por localidade.

1.3. O prazo máximo para entrega e montagem do objeto é de trinta dias corridos contados da data de comunicação da emissão da ordem de fornecimento.

1.4. O objeto deverá ser entregue, a expensas da beneficiária, em datas e horários previamente ajustados com os responsáveis, nas quantidades e nos endereços/loais indicados na ordem de fornecimento a ser emitida pela contratante, dentre os constantes do Anexo IV.

1.5. O objeto será recebido inicialmente em caráter provisório; o recebimento definitivo será feito após a verificação da conformidade com as especificações do edital, no prazo máximo de dez dias úteis contados a partir da conclusão da montagem e instalação.

1.6. O objeto será recusado se não atender ao edital, devendo ser adequado no prazo máximo de dez dias úteis a contar da recusa, sem ônus para a contratante e sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) GARANTIA

2.1. O mobiliário a ser fornecido deverá ser coberto por garantia integral, sem ônus para a Contratante, pelo período mínimo de cinco anos, contados a partir do recebimento definitivo.

2.2. O licitante adjudicado, independente de ser ou não fabricante do objeto, deverá prestar serviços de assistência técnica permanente e gratuita, por meios próprios ou por empresa credenciada, durante a vigência da garantia do produto, no local onde se encontrar o bem, sem quaisquer ônus adicionais.

2.2.1. A assistência técnica, compreendendo reparos e substituições de peças, será a expensas do contratado que deverá colocar os móveis em perfeito estado de uso, no prazo máximo de dez dias úteis, a partir da solicitação da Contratante.

2.2.2. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem o devido atendimento, a Contratante poderá providenciar o conserto por outra empresa e cobrar os respectivos custos da Contratada, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do bem e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

2.2.3. Caso os defeitos não sejam corrigidos a contento, a contratada deverá substituir o móvel por outro de primeiro uso, no prazo máximo de trinta dias a partir da notificação.

3) PAGAMENTO

3.1. O pagamento será feito pela contratante em até cinco dias úteis, para valor inferior ou igual a R\$ 8.000,00, ou em até dez dias úteis, para valor superior. O prazo será contado da aceitação/atesto da nota fiscal/fatura emitida sem incorreções e conforme a nota de empenho, e condicionada ao recebimento definitivo do objeto.

3.2. A contratada deverá comprovar, para fins de pagamento, a regularidade perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF), e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Poderá ser dispensada a apresentação dos referidos documentos, se confirmada sua validade em consulta *on line* ao SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores ou aos sites pertinentes.

3.3. O pagamento será creditado em nome da contratada, em conta corrente indicada por ela, ou mediante ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.

3.4. O valor pago fora do prazo será corrigido *pro rata die*, considerando-se o período entre a data final prevista para o pagamento e a de sua efetivação, com base em índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

4) MULTA DE MORA

4.1. Eventual atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução do objeto, sem justificativa apresentada por escrito e aceita pela contratante, ensejará multa moratória de 0,33% ao dia sobre o valor contratado, limitado a trinta dias de atraso.

4.2. Incorrendo a mora, a contratada reconhece a multa como prontamente exigível e dedutível do pagamento devido, após regular processo administrativo.

4.3. Ocorrendo o pagamento sem a dedução da multa devida ou inexistindo crédito em favor da contratada, esta será notificada para no prazo de cinco dias úteis recolhê-la através de GRU (Guia de Recolhimento da União), sob pena de cobrança judicial.

5) SANÇÕES

5.1. A beneficiária/contratada que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das seguintes penalidades:

5.1.1. advertência;

5.1.2. multa de 5% no caso de inexecução parcial aplicável sobre o valor não adimplido;

5.1.3. multa de 20% sobre o valor contratado, no caso de inexecução total;

5.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos por GRU no prazo de cinco dias úteis após a notificação, ou, ainda, cobrados judicialmente.

5.3. Ocorrendo o pagamento sem a dedução da multa devida ou inexistindo crédito em favor da contratada, esta será notificada para, no prazo de cinco dias úteis, recolhê-la através de GRU, sob pena de cobrança judicial.

5.4. Os responsáveis pela beneficiária/contratada sujeitam-se à aplicação das penas de detenção e multa, caso incorram nos crimes previstos na Seção III do Capítulo IV da Lei 8.666/93.

5.5. A aplicação das sanções relacionadas neste item será precedida de processo administrativo mediante o qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

6) ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à contratante convocar a beneficiária para negociar.

7) CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A beneficiária terá seu registro cancelado quando:

- I – descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II – recusar a respectiva nota de empenho sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei 10.520/02.

7.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da contratante.

7.3. O cancelamento poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido da beneficiária.

8) DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A beneficiária deverá manter as condições de habilitação durante a vigência da ata.

8.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar.

9) VALIDADE

Esta ata terá prazo de validade de doze meses a contar da data de sua assinatura, vencendo em __/__/2014.

10) DIVULGAÇÃO

A presente ata será divulgada no portal da internet www.ifmg.ius.br.

11) FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços é competente o foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas nesta ata, assinam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, __/__/2013.

GERALDO CAIXETA DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria Administrativa
Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais

Beneficiária

ANEXO IV - RELAÇÃO DE LOCAIS DE ENTREGA

Seccional de BELO HORIZONTE
Rua Desembargador Barcelos, 345, Bairro Nova Suíça - CEP 30421-015. Telefones (31) 3501-1469 ou 3501-1460
Subseção Judiciária de CONTAGEM
Av. José Faria da Rocha, 5021, Eldorado – CEP 32310-210 – Telefone (31) 3268-6303
Subseção Judiciária de DIVINÓPOLIS
Praça Dom Cristiano, 298, Centro - CEP 35500-004. Telefone (37) 2101-8030
Subseção Judiciária de GOVERNADOR VALADARES
Praça Serra Lima, 560, Centro – CEP: 35010-250. Telefone (33) 2101-8101
Subseção Judiciária de IPATINGA
Av. Selim José de Sales, 895, Bairro Canaã - CEP 35164-213. Telefone (31) 2109-8104
Subseção Judiciária de ITUIUTABA
ENDEREÇO A DEFINIR
Subseção Judiciária de JANAÚBA
ENDEREÇO A DEFINIR
Subseção Judiciária de JUIZ DE FORA
Rua Leopoldo Schmidt, 145, Centro – CEP: 36060-040. Telefone (32) 3311-1542
Subseção Judiciária de LAVRAS
Rua Kennedy dos Santos, 40, Bairro Santa Efigênia – CEP: 37200-000. Telefone (35) 3826-8713
Subseção Judiciária de MANHUAÇU
Rua Duarte Peixoto, 70, Bairro Coqueiro – CEP: 36900-000. Telefone (33) 3339-2657
Subseção Judiciária de MONTES CLAROS
Av. Deputado Esteves Rodrigues, 852, Bairro Centro. CEP 39400-215. Telefone (38) 2101-8212
Subseção Judiciária de MURIAÉ
Av. Dr. Mário Inácio Carneiro, 535, Centro – CEP: 36880-970. Telefone (32) 3511-0106
Subseção Judiciária de PARACATU
Av. Olegário Maciel, 138 – CEP: 38600-000. Telefone (38) 3311-1333
Subseção Judiciária de PASSOS
Av. Arlindo Figueiredo, 128 - Centro. CEP 37902-026. Telefone (35) 3211-1160

Subseção Judiciária de PATOS DE MINAS
ENDEREÇO DE ENTREGA: Rua José de Santana, 506, Centro - CEP 38700-052. Telefone (34) 3818-5400
Subseção Judiciária de POÇOS DE CALDAS
ENDEREÇO A DEFINIR
Subseção Judiciária de PONTE NOVA
Av. Caetano Marinho, 268 – Bairro Centro – CEP 35430-001. Telefone (31) 3604-1005
Subseção Judiciária de POUSO ALEGRE
Rua Santo Antônio, 105, Centro - CEP 37550-000. Telefone (35) 2102-1059
Subseção Judiciária de SÃO JOÃO DEL REI
Rua Professora Margarida Neves, 170, Bairro Jardim Central – CEP: 36307-066. Telefone (32) 3322-1210
Subseção Judiciária de SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
Av. Delfim Moreira, 1804/1808, Centro – CEP: 37950-000. Telefone (35) 3411-1155
Subseção Judiciária de SETE LAGOAS
Rua Santos Dumont, 140, Bairro Canaã – CEP 35700-284. Telefone (31) 2106-8005
Subseção Judiciária de TEÓFILO OTONI
Rua Dr. Reinaldo, 105, Centro – CEP 39800-018. Telefone (33) 3087-0116
Subseção Judiciária de UBERABA
Av. Maria Carmelita de Castro Cunha, 30, Vila Olímpica – CEP: 38065-320. Telefone (34) 2103-5101
Subseção Judiciária de UBERLÂNDIA
Av. Cesáreo Alvim, 3390, Bairro Brasil – CEP: 38400-696. Telefone (34) 2101-3801
Subseção Judiciária de UNAÍ
Rua João Pinheiro, 548, Centro – CEP: 38610-970. Telefone (38) 2102-1882
Subseção Judiciária de VARGINHA
Av. Princesa do Sul, 1855 – Bairro Rezende. CEP 37062-447. Telefone (35) 2105-8107
Subseção Judiciária de VIÇOSA
Av. Joaquin Lopes de Faria, 505 – Bairro Santo Antônio – CEP 36570-000. Telefone (31) 3611-7426

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 02745352000100**LIMPAR****Data da consulta:** 08/06/2021 09:47:18**Data da última atualização:** 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 27256088809**LIMPAR****Data da consulta:** 08/06/2021 09:47:18**Data da última atualização:** 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 21696928869

LIMPAR

Data da consulta: 08/06/2021 09:47:18

Data da última atualização: 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 32034483863

LIMPAR

Data da consulta: 08/06/2021 09:47:18

Data da última atualização: 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 68183135820

LIMPAR

Data da consulta: 08/06/2021 09:47:18

Data da última atualização: 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:30) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.745.352/0001-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.70F4.BD6A.4028 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:31) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 272.560.888-09.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.711C.14AB.3068 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:32) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 216.969.288-69.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.715A.8133.9130 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:32) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 320.344.838-63.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.717C.9F00.7164 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 681.831.358-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.71A4.919E.9204 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php